

# Matérias televisivas temáticas como gêneros textuais: uma proposta de análise sociorretórica,

Marcel Henrique Angelo <sup>1</sup>  
Marta Cristina da Silva <sup>2</sup>

**Resumo:** Recorte de uma pesquisa mais ampla, que visa ao mapeamento dos gêneros textuais utilizados por repórteres, o presente trabalho tem como objetivo analisar a produção escrita do gênero matéria televisiva e sua subcategoria *temática*, no que diz respeito a sua organização retórico-estrutural. Para tanto, promovemos uma articulação entre, por um lado, o arcabouço conceitual proveniente da análise sociorretórica de gêneros, e, por outro, o repertório técnico-teórico oriundo de estudos do telejornalismo. Em busca de recorrências e padrões de utilização da linguagem, examinamos um *corpus* de 37 textos, o que subsidiou a elaboração de um modelo descritivo fundamentado na noção de sequência explicativa.

**Palavras-chave:** Telejornalismo; matéria televisiva; gêneros textuais; sociorretórica; escrita.

**Abstract:** Part of a more extensive research, which aims to map the text genres used by news correspondents, the present work seeks to analyse the written production of the TV news package genre and the thematic content concerning its structural/rhetorical organisation. In order to do so, an articulation will be made between the conceptual outline from the Socio-rhetoric analysis of genres and the technical/theoretical repertoire inherited from news broadcast studies. In search for recurrences and language usages patterns, a corpus of 37 texts has been analysed, which assisted the elaboration of a descriptive model based on Adam's explicative sequence.

**Keywords:** TV journalism; TV news package; text genres; socio-rhetoric; writing.

## Introdução

Nem só com *factuais*<sup>3</sup> se faz um telejornal veiculado em horário nobre nos canais brasileiros de TV aberta. Mesmo um espectador sem pretensões

---

<sup>1</sup> Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: angelomarcel@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora Associada do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas na Universidade Federal de Juiz de Fora.

---

analíticas é capaz de notar que programas jornalísticos desse tipo, a que milhões de pessoas assistem todos os dias, não veiculam exclusivamente relatos de acontecimentos impregnados de atualidade, intensidade e ineditismo, para nos limitarmos a três dos critérios de noticiabilidade<sup>4</sup> mencionados por Lage (2001a, p. 93) – como crimes bárbaros, pessoas se salvando de acidentes espetaculares, desastres naturais monumentais, entre outros. Não se faz um noticiário inteiramente dedicado ao que se convencionou denominar *hard news* por razões diversas, a serem discutidas mais abaixo, o que impõe aos profissionais a busca por alternativas para preencher o tempo disponível em cada edição com material compatível com as demandas informativas, institucionais e mercadológicas que motivam a existência de programas dessa natureza.

Com efeito, embora não constituísse o cerne de nosso escopo, pudemos constatar, como veremos adiante, que as matérias consideradas “bombásticas” ou “quentes”, na terminologia popular, ocuparam fração minoritária nos dois telejornais dos quais extraímos os exemplares analisados. A maioria, portanto, não se enquadrou nos clássicos padrões narrativos que, para muitos estudiosos, representam a estrutura mais eficiente em termos de compreensão e retenção de dados pelo telespectador (LANG, 1989; MACHILL; KÖHLER; WALDHAUSER, 2007). Ainda que apresentem variados elementos próprios dessa narrativa canônica – como a sequência cronológica, a personagem, o desenlace (ADAM, 2008), entre outros, que são também integrantes habituais da “dramaturgia do telejornalismo” (COUTINHO, 2003) – estes, à primeira

---

<sup>3</sup> Termo utilizado no meio jornalístico para designar o tipo de conteúdo mais prototipicamente noticioso (BONINI, 2009). A preferência pela expressão se deve, precisamente, a sua importante participação no universo da comunidade profissional dos jornalistas, que a ela recorrem costumeiramente no ambiente cotidiano das redações. Para Swales (2005), a nomenclatura adotada pelo grupo comunitário que emprega o gênero comporta relevante valor etnográfico para entendimento do uso da linguagem; de modo que, em razão disso, preferimos “matéria” ou “VT” a “reportagem”, uma diferenciação que já havia sido levantada por Coutinho (2003) – para quem “reportagem” representa o resultado de um trabalho mais aprofundado do que os primeiros.

<sup>4</sup> *Grosso modo*, representam “filtros” incorporados à cultura jornalística e acionados para definir se determinado assunto reúne ou não condições para se tornar objeto de cobertura por certo órgão de imprensa.

---

vista, figurariam antes como recursos do que como componentes estruturais. Exercem uma função específica, visando à produção de determinados efeitos de sentido, e representam uma opção para o repórter.

Entretanto, conforme será demonstrado, na medida em que seu uso se dá recorrentemente, em resposta a demandas surgidas em situações comunicativas igualmente recorrentes (MILLER, 1984), funda-se uma tradição de emprego do gênero, que adquire identidade e se estabiliza, de certa forma, aos olhos de seus usuários em cada comunidade discursiva e/ou profissional (SWALES, 1990, 1998). Logo, em vez de optar por este ou aquele mecanismo, o aprendiz – para começar a ser aceito no grupo – deverá legitimar seu lugar nesse grupo apresentando conhecimento do padrão genérico, necessariamente lançando mão dos mecanismos em sintonia com o que lhe propõem os usuários mais experientes.

Dessa forma, a definição de um modelo que favoreça o aprendizado de subcategorias de matérias televisivas frequentemente utilizadas no âmbito da reportagem em telejornalismo – isto é, os não-factuais ou, como ora os chamamos, *temáticos*, – é o que constitui o objetivo do presente trabalho. Este se divide em duas partes. Na primeira, realizamos um levantamento bibliográfico que, por um lado, nos permitiu estabelecer as bases em torno de conceitos-chave, como o de gênero textual, sua constituição e sua organização retórica<sup>5</sup>; e, por outro, consultando a literatura pertinente no campo do telejornalismo, contribuiu para caracterizar as circunstâncias situacionais e retóricas (MILLER, 1994) que incidem para, de certo modo, “forjar” o gênero matéria televisiva. Sustentamos, como hipótese, que se essa classe de eventos comunicativos (SWALES, 1990) atende não apenas aos anseios informativos do público, mas também àqueles relativos a seu entretenimento, deve incorporar elementos que funcionem para atrair e reter a audiência – no caso, provenientes do universo narrativo, entre outros. Assim, na etapa final, buscamos, empiricamente, a existência de padrões recorrentes que subsidiem,

---

<sup>5</sup> O termo “retórico” é, neste trabalho, utilizado conforme Bazerman (2007), ou seja, referindo os usos estratégicos da linguagem para produzir sentidos – não necessariamente persuasivos, embora estes não estejam excluídos.

---

indutivamente, a constituição de uma estrutura modelar, a qual poderá servir como ponto de apoio para o aprendiz da produção textual de matérias.

### **Gêneros textuais – a Proposta Sociorretórica**

O viés ora adotado é o da sociorretórica, campo de investigação que articula a proposta filosófica de M. Bakhtin (2000) em torno do uso da linguagem e dos gêneros na dinâmica das relações sociais ao prisma funcional, pragmático e cultural – no sentido etnográfico do termo – dos discursos, advindo da Nova Retórica, em particular com Miller (1984; 1994). Se, para o primeiro, um gênero corresponde a “tipos relativamente estáveis de enunciados” elaborados em “cada esfera de utilização da língua” (BAKHTIN, 2000, p. 279), para a segunda, essa estabilidade genérica, manifesta em formas, conteúdos e ocasiões de uso, se funda a partir da necessidade de responder a exigências ou demandas retóricas que surgem em situações sociais recorrentes<sup>6</sup>. A tradição cria a convenção, a qual se transmite em meio a comunidades retóricas (MILLER, 1994) discursivas (SWALES, 2005) e/ou profissionais<sup>7</sup> (BHATIA, 2002), cujos “usuários experientes” legitimam os padrões regulares. Em uma frase, os gêneros, segundo a sociorretórica, são eventos de linguagem que se caracterizam “por um conjunto de propósitos comunicativos identificados e mutuamente compreendidos pelos membros de uma comunidade profissional ou acadêmica na qual ocorre regularmente” (BHATIA, 1993, p. 13). Tais propósitos moldam as estruturas genéricas, conferindo-lhes formatos funcionais – o que fica mais claro quando se pensa nas manchetes e no

---

<sup>6</sup> Para Miller (1984), o gênero equivale a uma *ação social*, uma vez que, por meio dele, enquadramos o significado para responder a uma demanda numa situação comunicativa surgida socialmente. Assim, por exemplo, o mundo corporativo trabalha com memorandos, que são breves e objetivos, enquanto que o universo acadêmico lida com artigos, teses e outros – amplos e fundamentados. Em ambos os casos, há um imperativo de resposta, ainda que a um interlocutor não presente ou mesmo personificado, como no caso de trabalhos científicos que contestam – respondem a – correntes de pensamento.

<sup>7</sup> Uma caracterização da comunidade discursiva dos jornalistas e sua relação com os gêneros encontra-se em Bonini (2002).

---

*lead*, no caso das notícias; e ainda, no âmbito do jornalismo opinativo, na organização argumentativa que marca os editoriais<sup>8</sup>.

Se a disposição dos elementos discursivos em determinada comunicação já era objeto de reflexões desde a Antiguidade Clássica, haja vista o legado de Aristóteles e sua definição de etapas para o discurso persuasivo (exórdio, provas, peroração etc.), bem mais recentemente ocorreram adaptações dessa proposta de segmentação sequencial tendo em vista a compreensão e o ensino do manuseio da linguagem para fins específicos. Swales (2009) revisita alguns modelos elaborados com esse intuito, como o clássico laboviano da narrativa; o de problema-solução; de transações comerciais em mercados e lojas; e, ainda, o dele próprio (SWALES, 1990), de introduções de artigos de pesquisa. Este último, que viria a se tornar referência para os estudos de gêneros, inspirou inúmeros trabalhos por razões diversas, mas particularmente por instrumentalizar a elaboração de textos acadêmicos permitindo ao escrevente compreender, em sua tarefa, as opções de que dispõe. A estas, Swales chamou de “*moves*” – movimentos retóricos utilizados para alcançar o objetivo final – que, por sua vez, se dividem em “*steps*”, isto é, passos ou estratégias retóricas localizadas.

Assim, em suas análises, Swales (1990) identificou, quantitativamente, as reincidências e regularidades estruturais nas introduções acadêmicas, de modo a estabelecer uma base empírica que pudesse ser checada junto a integrantes da comunidade discursiva de usuários do gênero em questão. Recorrendo à biologia para definir, metaforicamente, as etapas da estrutura convencional das introduções, o pesquisador concluiu que, nelas, os escreventes devem, primeiro, “estabelecer o território”; em seguida, “estabelecer o nicho”, e por fim “ocupar o nicho”. Avançando nessa perspectiva, Bhatia (1993) observou que cada gênero tem um ou mais propósitos, mas cada etapa em que ele se concretiza estruturalmente também tem um ou mais sub-propósitos atrelados à meta mais

---

<sup>8</sup> Segundo Rabaça e Barbosa (1987, p. 227), trata-se do “texto jornalístico opinativo, escrito de maneira impessoal e publicado sem assinatura, referente a assuntos ou acontecimentos [...] de maior relevância. Define e expressa o ponto de vista do veículo ou da empresa responsável pela publicação”.

---

ampla. Quando o autor de um artigo, na concepção swalesiana, por exemplo, “estabelece o nicho”, deverá “reivindicar centralidade” e/ou “fazer generalizações do tópico” e/ou “revisar itens de pesquisa anterior” (SWALES, 2005, p. 141).

O estabelecimento de parâmetros gerais para as etapas de estruturação de um gênero não esteve isento de críticas, ou ao menos desconfianças, como observam Bawarshi e Reiff (2010), que mencionam estudiosos segundo os quais tal proposta não estaria completamente livre das limitações do formalismo e do prescritivismo – questionáveis, diante do dinamismo das relações sociais nas quais os eventos comunicativos são utilizados. Entretanto, conforme Bhatia (1993, p. 40), a análise de gêneros antes *busca*, e não *impõe*, padrões: em vez de restringir ou engessar as possibilidades, tal viés teórico faz justamente o contrário, na medida em que se torna mais fácil ser criativo uma vez que se tem conhecimento das regras e convenções genéricas. Dominando-as, o redator é capaz de subvertê-las sem infringir o que, na comunidade discursiva, é visto como tolerável, tradicional, prototípico.

Igualmente em defesa do aprendizado de padrões recorrentes, Bronckart (2007) sustenta que toda produção textual resulta da colocação em interface da concepção mantida pelo escrevente sobre a situação de comunicação (motivos, intenções, conteúdo, oportunidade), por um lado; e, por outro, as representações de gêneros disponíveis. “Nessa visão, todo novo texto empírico, portanto, é necessariamente construído com base no modelo de um gênero” (BRONCKART, 2007, p. 137). Nessa linha, o referido pensador segue os passos de Bakhtin (2000, p. 310), para quem “quando construímos nosso discurso, sempre conservamos na mente o todo do nosso enunciado, tanto em forma de um esquema correspondente a um gênero definido como em forma de uma intenção discursiva individual”. Justifica-se, pois, a necessidade das análises descritivas – como a que propomos neste trabalho.

---

## A Matéria Televisiva como Gênero do Telejornalismo

Compreender a matéria televisiva como um gênero textual específico requer o entendimento de sua natureza jornalística, por um lado, e televisiva, por outro, como observa Temer (2010) em relação ao telejornalismo. Ainda que de forma sucinta, devido às dimensões deste trabalho, examinemos cada uma dessas vertentes, de modo a situar nosso objeto de análise mais apropriadamente.

No tocante a seu caráter *jornalístico*, as matérias televisivas ou VTs se enquadram no campo do jornalismo *informativo*, consoante à clássica separação entre “fatos” e “opiniões” que viria a constituir a base da distinção entre esta e outra macrocategoria de gêneros – a do jornalismo *opinativo*<sup>9</sup>, conforme o clássico estudo de Marques de Melo (2003). Em relação a suas propriedades discursivas, pertence a este segundo grupo o conjunto de enunciados cuja estrutura “é co-determinada por variáveis controladas pela instituição jornalística e que assumem duas feições: autoria (quem emite a opinião) e angulação (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião)” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 65). Para o estudioso, o jornalismo opinativo inclui representantes típicos como o editorial, a carta dos leitores e a coluna, mas também a charge e a caricatura – os quais partilham o propósito comunicativo central de apresentar um ponto de vista sobre determinada questão, expondo argumentos de modo a favorecer ou questionar algo ou alguém.

Por sua vez, o jornalismo informativo é aquele que, *grosso modo*, tem como função precípua relatar os acontecimentos tais como ocorreram – em razão do que emprega um conjunto de estratégias discursivas visando ao estabelecimento de uma “objetividade aparente” (BARROS FILHO, 1995). Esta se manifesta, principalmente, por meio de recursos de construção da impessoalidade, como a menção às fontes informativas, o predomínio da

---

<sup>9</sup> Estudos posteriores sugerem a existência de outras macrocategorias, como o jornalismo interpretativo, o utilitário e o diversional (MARQUES DE MELO, 2006). Contudo, optamos por seguir a vertente adotada por Rezende (2000), que, após amplo levantamento, conclui ter identificado, nos telejornais que analisou, apenas gêneros informativos e opinativos.

linguagem referencial em terceira pessoa e o afastamento de adjetivações (LAGE, 2001a). A mais representativa integrante dessa categoria é a *notícia*, produto central e “prototípico” do sistema jornalístico (MONTGOMERY, 2008) – gênero cujo equivalente televisivo, em termos da posição predominante que ocupa, é a matéria televisiva (TEMER, 2010).

Já no que concerne a seus aspectos televisivos, há que se levar em conta os elementos de linguagem audiovisual utilizados, embora nosso objetivo aqui seja focalizar a produção escrita. Entre os gêneros mais frequentes<sup>10</sup> nos telejornais, a matéria televisiva é a que reúne maior variedade de recursos enunciativos, visto que concatena, numa mesma estrutura, imagens – o que falta às notas secas, por exemplo, limitadas à leitura de um texto pelo apresentador –, palavras narradas pelo repórter no *off*, a presença do mesmo em uma ou mais passagens e declarações de entrevistados nas sonoras. Comparativamente, para citarmos outros formatos informativos mencionados por Rezende (2000), o *stand up* não usa *offs* e a nota coberta não tem passagens e sonoras. Diante disso, o também conhecido como VT é o que dispõe de maior complexidade relativamente às possibilidades de enunciação.

Haja vista as características expostas até aqui, a matéria televisiva ou VT pode ser considerada o gênero textual e/ou discursivo<sup>11</sup> mais constantemente utilizado pelos repórteres para, em conformidade com os parâmetros e restrições do jornalismo informativo, e através da articulação coerente de *offs*, sonoras, passagens e outros elementos, relatar “objetivamente” acontecimentos atuais e relevantes ao público. Todavia, a despeito do que sugerem noções como as de *stories* e *news*, importadas da imprensa norte-americana, uma par-cela bastante significativa do que se veicula em noticiários televisivos não é necessariamente novo, e tampouco se apresenta como *história* ou *narrativa*.

---

<sup>10</sup> Para Rezende (2000), os mais frequentes são a nota seca, a nota coberta, o *stand up*, a matéria televisiva e os indicadores. As “reportagens” ou “grandes reportagens” apresentam variedade de recursos similar ou, eventualmente, até maior do que as matérias. Porém, são veiculadas em menor frequência nos telejornais.

<sup>11</sup> Embora reconheça a possível existência de distinções entre gêneros *textuais* e *discursivos*, Marcuschi (2008) utiliza as expressões indistintamente, como sinônimos, preferindo a primeira à segunda – opção também adotada neste trabalho.

Haveria ao menos dois motivos para tanto. Por um lado, em se tratando de emissoras regionais, situadas em áreas de cobertura menores e/ou menos populosas, há que se observar que “fatos espontâneos” não ocorrem em quantidade suficiente para preencher as edições diárias, como lembra Bonini (2009, p. 207). Por outro, e principalmente, o jornal televisivo é, antes de tudo, um *jornal* – em função do que dele se espera, em sociedades democráticas de massa, que preserve um equilíbrio e uma pluralidade de conteúdos e perspectivas sem os quais incorreria no risco de se descaracterizar (DINES, 1986).

Logo, o jornalista nem sempre terá uma “história”, propriamente dita, a contar, de forma que a organização dos dados disponíveis em sintonia com as concepções clássicas de narrativa – *situação inicial, complicação, ações, resolução e situação final* (BRONCKART, 2007) – frequentemente não será possível. Além disso, para suprir a ausência de factuais e preservar o supracitado equilíbrio editorial esperado, parte-se para a cobertura de assuntos em vez de fatos isolados: são temas de utilidade pública, comportamento social e tendências culturais que dispõem de maior flexibilidade no que tange à temporalidade de sua publicação. Para efeito comparativo, por exemplo, enquanto um assalto a banco precisa ser noticiado na primeira edição após ter ocorrido, o esclarecimento de dúvidas sobre a aposentadoria ou idéias para economizar energia já possuem maior margem para serem utilizadas. São, pois, matérias<sup>12</sup> atemporais ou *temáticas*, comportando relevância jornalística sem necessariamente apresentar um acontecimento inédito e espetacular. De fato, no corpus que reunimos, constituído inicialmente por textos de 71 VTs, apenas 25 (35,21%) dispunham de elementos suficientes para o enquadramento na categoria “factual”. Os demais, de algum modo, se afastam desse grupo, sendo mais “atemporais”, “temáticos”.<sup>13</sup>

<sup>12</sup> Temer (2007, p. 68) cita dois tipos habitualmente utilizados: a “matéria de serviço”, que “tem um componente pedagógico, geralmente direcionado ao consumo ou ao comportamento público”, e a “matéria de interesse humano”, voltada para o “comportamento ético, doméstico, familiar”.

<sup>13</sup> Todavia, como veremos na seção seguinte, nem todos reúnem condições suficientes para serem considerados atemporais “prototípicos”, por assim dizer.

---

Surge, então, um impasse. Se estudos empíricos apontam que recursos narrativos como a cronologia (LANG, 1988) e o emprego de personagens e de intriga (EKSTROM, 2000) são cruciais para a compreensão das informações e, em decorrência disso, da manutenção do interesse; e se em telejornalismo, diferentemente do que se dá nos impressos, é preciso incitar o consumo integral dos relatos (COUTINHO, 2003), visando à preservação da audiência; quais seriam as estruturas retóricas mais apropriadas para a elaboração de textos de matérias televisivas resultantes de coberturas “não-factuais” – as temáticas? Eis a questão que norteará a fase final do trabalho.

### **Análise de Dados**

A partir do que apresentamos, passemos a uma etapa com foco na identificação empírica de regularidades discursivas que propiciem a definição de um modelo descritivo – em outros termos, à descrição funcional do gênero. De antemão, cabe reiterar, ainda que correndo o risco de sermos redundantes, nossa concordância com Bhatia (1993), para quem esse tipo de análise tem por objetivo a busca por padrões, e nunca a imposição dos mesmos – contrariando as propostas didáticas prescritivas que marcaram os primórdios das técnicas de ensino da produção textual (BONINI, 2002). Com isso, pretende-se checar, junto ao corpus que reunimos, recorrências pertinentes aos movimentos de estruturação das matérias, tendo em vista a elaboração de uma espécie de “roteiro”, que traga benefícios em termos de ensino e pesquisa, com base nas propriedades mais habituais dos mesmos.

Inicialmente, foram reunidas 71 matérias, veiculadas durante duas semanas do mês de fevereiro de 2012 em dois telejornais: o Jornal Nacional (JN), da TV Globo, e o MGTV, da TV Integração, afiliada da Rede Globo. A emissora foi escolhida por ser considerada referência<sup>14</sup> no assunto (COUTINHO, 2003), enquanto que a opção pelos noticiários – um nacional e outro regional –

---

<sup>14</sup> Não está em questão a *qualidade* do que se veicula nos telejornais “globais”, em termos de conteúdo ou orientação política, mas apenas o fato de suas produções subsidiarem, enquanto *modelo*, o trabalho de outras emissoras – o que se atesta, inclusive, por ter criado um manual de redação pioneiro.

se justifica pelo fato de o primeiro ter material em abundância para publicar, enquanto o segundo tem em escassez<sup>15</sup>. Foram 34 VTs exibidos no JN e 37 no MGTV, sendo que encontramos 46 (respectivamente, 21 e 25) que não poderiam ser classificados como factuais – sem, contudo, automaticamente serem convertidos em temáticos típicos. A tipicidade foi postulada em relação à frequência de presença de características mais comuns, após o que procedemos a uma série de deduções para interpretar a funcionalidade dos movimentos constitutivos. Depois de um segundo refinamento, foi necessário excluir outras 8 matérias televisivas, restando, então, um *corpus* mais bem definido composto por 37 matérias.

No conjunto dos 37 exemplares do gênero, de maneira semelhante ao predomínio estrutural narrativo que identificamos em matérias factuais, constatamos uma incidência dominante de estruturas *explicativas* nas matérias temáticas. Isso significa que estas apresentam, majoritariamente, uma organização informativa próxima ao que Adam (2008) e Bronckart (2007) definem como *sequência explicativa*, cujo esquema básico pode ser resumido em quatro etapas: esquematização inicial, problematização, resolução e conclusão-avaliação. Tais elementos nos propiciaram um primeiro conjunto de categorias analíticas, oriundas de uma perspectiva lingüística do gênero em discussão.

A esquematização inicial corresponde à fase de constituição do objeto a ser explorado – quando se constata um “fenômeno incontestável”, o qual, porém, carece de completude (BRONCKART, 2007, p. 229). Em seguida, vem a problematização, que é quando se coloca a questão nuclear motivadora da estrutura. A esta se segue uma terceira etapa – na qual se busca a “sanção da explicação e o fechamento da sequência” (ADAM, p. 242). Subdivide-se em duas: a resolução, que “introduz os elementos de informações suplementares capazes de responder às questões colocadas”; e a conclusão-avaliação, “que

---

<sup>15</sup> Além de ter equipes exclusivas para realização de matérias, o JN também conta com produções de todas as emissoras afiliadas da Globo no país; ao passo que o MGTV só dispõe do que acontece em âmbito regional de sua área de cobertura. No caso estudado, a Zona da Mata de Minas Gerais.

---

reformula e completa eventualmente a constatação inicial” (BRONCKART, 2007, p. 229).

Um segundo grupo de instrumentos de análise provém da literatura técnica relativa ao telejornalismo – na qual, mesmo sem tratar explicitamente da estruturação de matérias, e tampouco de seus gêneros no enquadre sociorretórico, são discutidos, em termos de orientação a iniciantes, seus principais elementos. Assim, selecionamos quatro itens presentes com maior incidência nos textos que examinamos: o *personagem*, a *generalização por meio de números*, a *passagem de transição* e a *palavra do especialista*.

Entende-se por *personagem* o entrevistado que, de algum modo, seja capaz de personificar e humanizar informações que, sem o apoio desse recurso, soariam demasiadamente técnicas, numa frieza expositiva incompatível com o discurso televisivo. Em vez de tratar de uma questão abstrata, como a aposentadoria, aborda-se a vida de uma aposentada para introduzir o tema. “Mostrar as dificuldades de uma família para administrar o orçamento é muito mais próximo da realidade do telespectador do que encher a tela de números e índices para evidenciar o aumento do custo de vida” (BISTANE; BACELLAR, 2008, p. 14). É o que ocorre na matéria <sup>16</sup> sobre problemas estruturais em um bairro da cidade de Viçosa (MG), na qual o repórter inicia o texto com o seguinte *off*: “Há pouco tempo, dona Maria percebeu rachaduras nas paredes de casa. Ela mostra o que, hoje, é motivo de preocupação”.

Cria-se, pois, identificação com o telespectador, visando ao aumento das chances de que este continue assistindo. Em 32 (86,48%) das matérias analisadas houve o emprego de personagens na etapa inicial, e em 6 (16,21%) <sup>17</sup> o recurso aparece em outras partes, em regra no final.

Ao formar um “par” com o personagem, a *generalização* funciona ampliando a discussão. Para Coutinho (2003, p. 137, grifo nosso), é “comum a

---

<sup>16</sup> Veiculada no MGTV primeira edição do dia 9 de fevereiro de 2012.

<sup>17</sup> A soma supera os 100% pois, em alguns casos, ocorre o uso de mais de um personagem no VT - principalmente naqueles mais elaborados, com maior investimento em produção.

---

apresentação de uma estória individual como exemplo ou símbolo de uma ação que se repetiria na coletividade, e cuja *forma de apresentação da parte para o todo* se concretiza nos textos de repórteres”. Voltando ao texto mencionado no parágrafo anterior, nota-se que logo após a declaração de dona Maria, o repórter relata: “Estamos no bairro Amoras. Aqui vivem pelo menos duas mil pessoas, que reclamam da falta de capina e asfalto em vários trechos”.

Em outra matéria<sup>18</sup>, sobre a falta de cães-guia no Brasil, nota-se o mesmo artifício usado em seguida à menção ao cachorro Jack: “[...] o país tem apenas setenta cães-guia para uma população de 170 mil cegos e dois milhões e meio de pessoas com baixa visão”. Apesar de seu caráter complementar à personificação mencionada anteriormente, essa ampliação não acontece somente em conjunto com aquela, visto que, ocasionalmente, os personagens são substituídos por outros mecanismos, como “o povo-fala” – sequência de entrevistas curtas para ilustrar o caso, sem dar ênfase a qualquer dos entrevistados. Desse modo, encontramos 35 VTs (94,59%) com o emprego de generalização – dos quais 33 (ou 89,18% do total) dispõem da articulação personagem-generalização.

Uma vez dramatizado e generalizado o problema, é hora de solucioná-lo. Assim, essa *transição* constitui a terceira etapa nos VTs temáticos examinados. Ressalte-se que, embora possa ser realizada com o uso de um texto em *off* – o que, efetivamente, ocorreu em 3 matérias (8,1%) –, é por meio da passagem que acontece seu emprego típico. Assemelha-se, de algum modo, ao padrão definido por Fachine e Lima (2009, p.272, grifo nosso) como “passagens com função de indicação ou realce de percurso”, isto é, aquelas que “indicam mudanças de um aspecto para o outro, que evidenciam contraposições ou transições de situações e entrevistados, ou que permitem que a reportagem *caminhe do particular para o geral*”. Dos 37 VTs investigados, 30 (81,08%) apresentam esse mecanismo – que, vale frisar, não expõe a solução ou esclarecimento por completo, e sim o introduz. Com isso, instiga o espectador a seguir assistindo.

---

<sup>18</sup> Veiculado no JN do dia 24 de outubro de 2012.

A etapa subsequente à transição é o devido esclarecimento, sustentado nas palavras de um *especialista*<sup>19</sup>. Estas correspondem, na classificação elaborada por Lage (2001b), aos *experts*, pela interpretação que fornecem à questão colocada, mas também à fonte independente, pelo (presumido) distanciamento que mantêm com o que interpretam. Embora constantemente pesquisadores ocupem essa função, há também a possibilidade de conhecedores empíricos experientes exercerem tal papel – como o “marido de aluguel”, técnico que ensina a trocar chuveiros em uma das matérias<sup>20</sup> analisadas. Além de jargão jornalístico, o termo chega a ser utilizado nos próprios textos, como em um VT veiculado no MGTV do dia 8 de fevereiro de 2012: “Segundo especialistas, a qualidade é fundamental”, ao que se segue a sonora de um empresário. Assim, em nosso levantamento, constatamos a presença desse recurso em 25 VTs (67,56%). Nos demais, os “comos” e “porquês” vieram com o uso de dados enviados por instituições como o IBGE e a polícia, dispensando a sonora do *expert*.

Na tabela abaixo, agrupamos os elementos mais recorrentes identificados e suas respectivas incidências:

**Tabela 1** – Movimentos retóricos utilizados na estruturação de matérias televisivas temáticas

<b>Etapa</b>	<b>Incidência</b>
Introduzir com personagem	86,48%
Generalizar por meio de números	94,59%
Promover transição com passagem	81,08%
Explicar com “palavra do especialista”	67,56%

Fonte: dados da pesquisa.

<sup>19</sup> Destaque-se que a “palavra do especialista”, em uma sonora, é sempre introduzida por um trecho do texto lido em *off* pelo repórter, podendo, também, ser dividida em duas ou mais partes, entremeadas por outros *offs*.

<sup>20</sup> Veiculada no MGTV primeira edição do dia 9 de fevereiro de 2012.

---

### **Discussão dos Resultados: em Busca de um Modelo**

De posse dos dados expostos, iniciaremos uma discussão dos mesmos, conjugando-os, no que for possível, com os elementos apresentados nas seções 1 e 2, visando à elaboração de um modelo retórico para as matérias televisivas atemporais.

Em primeiro lugar, verifiquemos a questão do propósito central presumido para o gênero em discussão – no caso, informar jornalisticamente e assegurar a atração/manutenção da audiência – e os subpropósitos a ele atrelados. A presença do personagem na abertura das matérias exerce duas funções: além de criar identificação com quem está assistindo, constrói uma micronarrativa introdutória que torna o assunto mais interessante, na medida em que o instancia por meio da dramatização. Cria, portanto, condições mais favoráveis ao “consumo” integral do relato, que seria possivelmente menos *televisivo* caso oferecesse apenas estatísticas. Ademais, ao cumprir um papel retórico, dialoga com a percepção do interlocutor que está assistindo, já que pode funcionar como a exposição que precede uma conclusão (HANKE, 2003).

A generalização, em seguida, proporciona uma justificativa para a realização da matéria, tornando-a mais jornalística: sinaliza que o tema discutido não se trata de um caso isolado, mas de algo que atinge parcela mais ampla da população. Desse modo, confere ao VT relevância editorial, inserindo-o na esfera do que pode ser noticiado. Se, retomando a questão dos critérios de noticiabilidade (LAGE, 2001a; MONTGOMERY, 2008), nem sempre há como sustentar a veiculação de um assunto pela falta de ineditismo – como no exemplo da orientação para trocar chuveiros –, a abrangência do assunto, por outro lado, torna-o publicável. Infere-se, assim, um propósito localizado de, como denominaremos, *assegurar a relevância jornalística* do gênero.

Uma provável razão para o fato de as passagens serem utilizadas como componente de transição é sua importância nas matérias. Conforme Fachine e Lima (2009), a presença do repórter no vídeo é, por si só, um momento de destaque, visto que o jornalista, nessa hora, interpela o telespectador, falando-lhe “diretamente”. Não por acaso, em regra, como lembra Coutinho (2003), os

---

dados (ou parte deles) de maior relevo no VT, correspondentes ao *lead* no jornalismo impresso, estão nessa parte da matéria. Finalmente, trata-se da oportunidade que o profissional tem de *assinar* a matéria, isto é, mostrar ao público quem a fez e receber o crédito por isso.

Portanto, é natural supor que se dê preferência para, no âmbito atemporal, explicativo, chamar atenção para o “*porquê*” ou o “*como*”, visto serem estes os motivadores da realização de um VT temático; sendo, com isso, o núcleo informativo, ou seja, o componente mais expressivo disponível. Exemplo disso é o da discussão sobre a falta de cães-guia no Brasil, noticiada no Jornal Nacional<sup>21</sup>. Após apresentar o personagem (Jack, um cão-guia) e seu adestrador, e ampliar a questão com números, conforme mencionado anteriormente, o repórter enuncia, em sua passagem: “No Brasil, não é simples ter um cão-guia. Existem poucos centros de treinamento e faltam profissionais preparados para adestrar os animais de maneira adequada”.

Ou ainda, no mesmo telejornal, em matéria sobre a tendência de se fazer mais viagens no país, o jornalista afirma na passagem (grifo nosso) que “os brasileiros escolheram viajar porque o mercado também ajuda. Promoção, valores divididos em até dez vezes, preços mais baixos pra quem compra com antecedência”. Sintetiza-se, nessa etapa, a estrutura explicativa aristotélica elementar de causa e consequência “se X é porque Y”, ou, como lembra Adam (2008, p. 237), “se... é porque...”. No entanto, os esclarecimentos são apenas suscitados ou introduzidos na passagem, que funciona como uma “deixa” para a efetiva elucidação – a qual se dá, com efeito, na voz do especialista. Este, em regra, surge precedido por um *off* introdutório, como se constata na matéria veiculada pelo Jornal Nacional<sup>22</sup> sobre união estável entre pessoas do mesmo sexo. Logo depois da passagem, o repórter enuncia, em *off*: “Este advogado especialista em direito de família, acostumado com o dia a dia dos tribunais, diz que, na prática, vai fazer diferença”.

---

<sup>21</sup> Veiculado no JN do dia 24 de outubro de 2012.

<sup>22</sup> Veiculada no JN do dia 26 de outubro de 2012.

Imediatamente em seguida, é utilizada a sonora com a fonte, detalhando a questão discutida.<sup>23</sup> Aludindo à metáfora do contrato idealizada por Charaudeau e Maingueneau (2006) em referência aos gêneros textuais, a utilização do especialista tem o propósito de cumprir o acordo que se coloca em princípio: criada a expectativa através da apresentação do problema, o mínimo que se espera é uma resposta para o mesmo. Por certo, se a intenção *lato sensu* é preservar a audiência, a participação do *expert* não poderia ser em outro momento senão a parte final do VT.

Embasados no que se demonstrou até aqui, em termos tanto da pesquisa teórica quanto empírica, apresentamos, no quadro abaixo, uma proposta de modelo para o gênero matéria televisiva, em sua subcategoria temática.

**Figura 1:** Modelo para matérias televisivas atemporais ou frias.

Movimento 1. Atrair a atenção com o uso do personagem
Movimento 2. Conferir relevância jornalística ampliando a discussão através de números
Movimento 3. Iniciar a resolução da questão colocada por meio de uma passagem
Movimento 4. Concluir e avaliar utilizando um especialista

Fonte: dados da pesquisa.

Devido ao escopo deste trabalho, poucos exemplos foram apresentados, mas é importante que se ressalte que foi feita uma análise exaustiva dos dados para se chegar a essa proposta. Cientes, no entanto, das possíveis limitações de qualquer modelo, passamos a algumas conclusões da pesquisa.

### **Considerações finais**

Há algo de arbitrário nas generalizações. De certo modo, eventualmente, tolhem a percepção de nuances em nome de uma compreensão mais sintética do todo. Os modelos para matérias televisivas atemporais ou “frias” apresentados

<sup>23</sup> O *expert*, contudo, também pode surgir no VT logo após a aparição do repórter – embora no *corpus* que reunimos não tenha sido encontrado registro desse tipo.

---

neste trabalho se enquadram em tal perspectiva: não raro, é possível encontrar exemplares da referida categoria que se apresentem com uma configuração retórica distinta. O emprego do personagem em outra posição, a transição com uso de *off* ou as explicações e conclusões por meio de procedimentos relatados pelo repórter em vez de um especialista são prova de que há, efetivamente, alternativas ao padrão identificado. Ademais, pode haver distinções importantes pertinentes ao tipo de VT temático – se a intenção é orientar a respeito de algo, como determinado direito do cidadão, ou explicar um dado fenômeno. O exame de tais diferenças requer estudos posteriores mais centrados na definição desse segmento específico.

Todavia, observam Beaugrande e Dressler (1997), as análises textuais, e também as genéricas, como a que empreendemos, são antes probabilísticas do que determinísticas – de forma que esclarecem não o que acontece “sempre” ou “necessariamente”, mas sim “normalmente”. Logo, a descrição que ensejou a elaboração do modelo trata do que ocorre em regra, isto é, geralmente. Não estarão inviabilizadas, com efeito, versões diversas desse padrão; o qual, porém, acaba sendo confirmado e reforçado justamente na medida em que surgem divergências (SWALES, 1990).

Para divergir, inclusive, é preciso conhecer a norma. Esta, entretanto, nem sempre se encontra disponível: frequentemente seu conhecimento se restringe a usuários mais experientes do gênero, que exploram tais convenções como forma de exercer poder e limitar o acesso à cultura profissional (BHATIA, 1993). Numa atividade como a do jornalismo, em que há uma constante demanda por inovação e originalidade nas produções, o repórter de-verá demonstrar um mínimo domínio das regras de maneira que possa criar alternativas legítimas, endossadas pela comunidade da qual faz parte. Assim, além de saber “contar as histórias” dos acontecimentos factuais, seguindo a “cartilha” narrativa que recomenda um passo a passo seqüencial cronológico, em algum momento será instado a explicar como e por que determinadas questões se apresentam de certa maneira. A aptidão para evitar a repetição irrefletida de um formato como o que descrevemos tornar-se-á provavelmente mais simples caso compreenda a funcionalidade dos elementos disponíveis,

como o personagem e o especialista, e os efeitos de sentido decorrentes de seu uso em cada etapa do VT.

### Referências

- ADAM, Jean-Michel. **A lingüística textual**: introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2008.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 279-326.
- BEAUGRANDE, Robert-Alain de; DRESSLER, Ulrich Wolfgang. **Introducción a la lingüística del texto**. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.
- BHATIA, V.K. **Analysing genre**: language use in professional settings. New York: Longman, 1993. P.13-41
- BONINI, Adair. **Gêneros textuais e cognição**: um estudo sobre a organização cognitiva da identidade dos textos. Florianópolis: Insular, 2002.
- BONINI, Adair. Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil? **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão: v. 4, n. 1, p. 205-231, jul./dez.2003.
- BONINI, Adair. The Distinction Between News and Reportage in the Brazilian Journalistic Context: A Matter of Degree. In: BAZERMAN, C., BONINI, A. & FIGUEIREDO, D. (org.) **Genre in a changing world**. Fort Collins, Colorado: The WAC Clearinghouse, 2009. Extraído de <<http://wac.colostate.edu/books/genre/genre.pdf>> em 5 de dezembro de 2011.
- BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de Linguagem, textos e discursos**: por um interacionismo sociodiscursivo. 2 ed. São Paulo: EDUC, 2007.
- COUTINHO, Iluska. **Dramaturgia do telejornalismo brasileiro**: a estrutura narrativa das notícias em televisão. Tese de doutorado. Universidade Metodista de São Paulo. Pós-graduação em Comunicação Social, 2003.
- DINES, Alberto. **O papel do jornal**: uma releitura. 5.ed São Paulo: Summus Editorial, 1986.
- FECHINE, Yvana; LIMA, Luiza A. Por uma sintaxe do telejornal: uma proposta de ensino. **Revista Galáxia**. São Paulo: n. 18, dez.2009.
- HANKE, Michael. Narrativas orais: formas e funções. **Contracampo**. Rio de Janeiro, v. 7, p. 117-126, 2003.
- LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Florianópolis (SC): Insular, 2001a.
- LAGE, Nilson. **Reportagem**: teoria e técnica da entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001b.

- LANG, Annie et al. The effects of chronological presentation of information on processing and memory for broadcast news. **Journal of Broadcasting & Electronic Media**, V. 33, n. 4, 1989. Extraído de <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/08838158909364093>, em 20 de agosto de 2009.
- MACHILL, Marcel; KÖHLER, Sebastian; WALDHAUSER, Markus. The use of narrative structures in television news. An experiment in innovative forms of journalistic presentation. **European Journal of Communication**. V. 22, N° 2, SAGE, 2007.
- MARCUSCHI, Luiz A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 3ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3ª.ed. São Paulo: Mantiqueira, 2003.
- MILLER, Carolyn. Genre as social action. **Quarterly Journal of Speech**. V. 70, 1984.
- MILLER, Carolyn. Rhetorical community: The cultural basis of genre. In: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (org.): **Genre and the new rhetoric**. London: Taylor & Francis, 1994.
- MONTGOMERY, Martin. **The Discourse of Broadcast News**. New York: Routledge, 2008. P.1-116.
- REZENDE, Guilherme Jorge. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo: Sumus, 2000.
- SWALES, John. **Genre Analysis: English in academic and research settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- SWALES, John. **Other Floors, Other Voices: a textography of a small university building**. London: Lawrence Erlbaum, 1998.
- SWALES, John. Sobre modelos de análise do discurso. In: BIASI-RODRIGUES, B., ARAÚJO, J., SOUSA, A. (orgs). **Gêneros textuais e comunidades discursivas: um diálogo com John Swales**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- TEMER, Ana Carolina R. P. A mistura dos gêneros e o futuro do telejornal. In: VIZEU, Alfredo; PORCELO, Flávio; COUTINHO, Iluska. **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010.
- TEMER, Ana Carolina R. P. Reflexões sobre a tipologia do material jornalístico: o jornalismo e as notícias. In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo: v.30, n.1, p.49-71, jan/jun 2007.

